

## EDITORIAL

### EDITOR'S NOTES

O trigésimo terceiro volume da *Revista de Direito Civil Contemporâneo* consolida a maturidade e o projeto de um periódico alicerçado no compromisso com a sofisticada elaboração do Direito Privado, sempre atento às transformações sociais, às mudanças legislativas e às tendências jurisprudenciais.

A cada edição reafirma-se a compreensão das particularidades que o regime jurídico de Direito Privado demanda, a metodologia específica e a necessidade de se fomentar um veículo de informação sempre atualizado, aberto e instigante ao debate.

Neste número, o setor da Doutrina Nacional é inaugurado com a reflexão de Luiz Fernando Casagrande Pereira e Caio César Bueno Schinemann sobre o abuso da personalidade jurídica e a autonomia patrimonial, objeto de relevante transformação legislativa pela Lei da Liberdade Econômica.

Renata C. Steiner enfrenta o tema dos contratos de longa duração impactados pela quebra de confiança por *compelling reasons*.

A tradicional disciplina da usura é revisitada por Luiz Carlos de Andrade Jr. e Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima. Joseane Suzart Lopes da Silva, por sua vez, trata dos direitos da personalidade das crianças e a publicidade abusiva aos consumidores por equiparação, hipervulnerabilizados pela prática do *Sharenting* comercial.

Paulo Sérgio Velten Pereira e Rodrigo Dutra da Silva desenvolvem o tema da sobre-estadia de contêiner no contrato de transporte marítimo, ao passo que Daniel Deggau Bastos e Rafael Peteffi da Silva, sob a perspectiva comparativa, retratam a expansão da *product liability* estadunidense e o *Restatement (second) of Torts*.

A responsabilidade civil do construtor e a relevância da manutenção predial são relacionados por Vitor Lia de Paula Ramos, André Barros Bolzani Petersen e Luísa Dresch da Silveira Jacques.

Por fim, Débora Gozzo e Maria Carolina Nomura Santiago sustentam a impossibilidade de aplicação, por analogia, do regime da separação legal de bens na união estável.

No segmento de Doutrina Internacional, Norbert Rouland apresenta texto provocativo intitulado “Eu ouvi Direito Romano?”, com tradução de Nicole Leite Moraes, e Guillermo Suárez Blázquez trata dos programas filantrópicos de alimento imperiais.

Em Ensaio e Pareceres, é publicado parecer de Antonio Carlos Morato acerca da legitimidade de entidade para cobrança coletiva de direitos patrimoniais do autor referente a seus filiados e representados.

A Memória do Direito Civil é retomada pelo conceito de direito em Assis Chateaubriand, com transcrição por Guilherme Morais Régis de Lucena e nota bio-bibliográfica por Marcílio Toscano Franca Filho.

No capítulo de Resenhas, Victor Augusto Machado Santos apresenta os Comentários ao RJET (Lei 14.010/2020) pelos autores do anteprojeto, organizado por Antonio Anastasia, Dias Toffoli e Simone Tebet. Giovanna Bruna Pozzati, por sua vez, apresenta o livro “Tutela específica das obrigações contratuais”, de Daniel de Pádua Andrade.

Por fim, no setor de Comentários de Julgados, Igor Raatz e William Galle Dietrich comentam o acórdão do REsp 1.831.947/PR (que versa a cláusula de indenização por rescisão) e Marcelo Vieira von Adamek disserta sobre julgado que enfrenta o tema da exclusão extrajudicial de sócio.

Peço permissão para registrar um especial agradecimento aos (as) abnegados(as) juristas e pesquisadores(as) em Direito Privado Isabela Maria Pereira Lopes, Luis Felipe Rasmuss, Luís Antônio Roca Filho, William Galle Dietrich, João Pedro Kostin Felipe de Natividade e Paulo Eduardo C. Eugênio. Muito obrigado pelo inestimável auxílio na condução da *Revista de Direito Civil Contemporâneo* e no fechamento deste volume.

RODRIGO XAVIER LEONARDO

Coordenador Editorial da Revista de Direito Civil Contemporâneo.